

Panelas e porretes: um ensaio sobre a naturalização do trabalho doméstico¹

Renato Kelvin Lopes da Silva²

• Introdução

Lembro-me de que quando fiz o ENEM em 2019, vestibular responsável pelo meu ingresso na USP, o tema da redação sobre a democratização do acesso aos cinemas me desanimou, pois eu havia me preparado quase o ano todo para um tema mais polêmico, que desperta-se mais fúria e pimenta nos debates. Pois bem, já no quarto ano de graduação, trabalhando como professor de sociologia em um cursinho popular, procurei munir meus alunos com as mais diversas ferramentas teóricas para serem usadas como recurso argumentativo em suas redações. E ao saber o tema da redação do ENEM em 2023 não podia ficar mais contente em saber que o trabalho doméstico e feminino foi a discussão proposta.

Depois de alguns dias, assistindo uma série de vídeos nas redes sociais sobre o assunto, eis que vejo uma fala de um deputado — o qual não vou gastar o espaço que tenho aqui para mencionar —, que ameaçava punir a filha se ela tirasse uma boa nota na redação³. Desde então, enquanto pensava no tema que eu iria abordar neste ensaio, o tema do trabalho doméstico não me saía da cabeça. Assim, nas linhas a seguir irei abordar dois eixos que englobam a discussão do trabalho feminino, em especial na esfera doméstica, que creio serem importantes para pensar a divisão sexual do trabalho: a naturalização dos papéis de gênero e as influências dos marcadores de classe e raça nessa discussão.

• Natureza, nature, natureza

No ano de 1949, Charlotte Brontë publicou seu segundo romance intitulado “Shirley”, apesar de não ter sido tão aclamado quanto seu livro da autora, a obra traz algumas peculiaridades para a época pela discrepância do enredo que se diferencia do romance anterior e pelo nome da autora e também pelo nome da protagonista ser masculino. Focando na construção de Shirley no enredo, fica óbvio que a herdeira é uma mulher muito à frente de seu tempo. Brontë trabalha a partir de uma narrativa que constitui a personagem principal com uma personalidade forte e impositiva, que se opõe constantemente a personagens masculinos com ímpeto similar na história. Desde discussões sobre a credibilidade intelectual feminina até as concepções do casamento como o único e irredutível destino das mulheres na

¹ Trabalho final da disciplina *Tópicos de Antropologia: Marcadores Sociais da Diferença*, no período noturno do segundo semestre de 2023, ministrada pela Professora Doutora Silvana de Souza Nascimento.

² n°USP:11842682| renatokelvin@usp.br

³ [Deputado diz que vai punir a filha se ela for bem no Enem: vídeo | Metrôpoles](#)

sociedade europeia de classe média e alta, a trajetória de Shirley Keelder e a narrativa que ela traz diverge de todos os preceitos que arquitetam seu status quo, sendo chamada muitas vezes de Capitão Keelder— assim podemos ver o nome masculino como uma alegoria para apontar os desvios de Shirley ao contexto vitoriano, onde o mito da feminilidade é tão caro. (BRONTË, 2017; p.460)

Trago aqui o exemplo desse romance por ser ambientado em um cenário europeu vitoriano, posto que trago o imperialismo e colonialismo e as colunas que esses montam para o palco da performance de gênero que nos interpela a todo momento, como ponto principal deste primeiro momento. No laboratório da modernidade as produções de gênero estavam a todo vapor, tendo se consolidado nas ciências médicas a concepção do sexo binário, oposto e maniqueista, tendo pregadas a ele as etiquetas funcionalistas do ‘natural’ (LAQUEUR, 2001; p.242). Tal qual dizer abracadabra, ao colocar a palavra ‘natural’ na frente de um discurso é tudo que precisa para que ele tenha uma validade no senso comum.

Considerando a maleabilidade da natureza humana, como não é novidade na antropologia, é crível a concepção de que somos condicionados a um encaixe social feito para nós nas estruturas sociais e esse encaixe, no caso do gênero e sexualidade, é conduzido pelo corpo biológico e os sentidos, entendimentos e interpretações impostos a ele (MEAD, 1999; p.271). Assim, a associação de papéis sociais a ordem do corpo biológico, inerente aos grupos sociais, que vão construir esse corpo nas relações, dando a ele funções que se fantasiam de naturais e inescapáveis.

Outrossim, munidos de suas soluções laboratoriais cor-de-rosa e azuis e com o aval de Mateus 10:7-8⁴, os colonizadores começam seus processos de dominação do corpo, da terra e das mentes dos nativos americanos, africanos e asiáticos. McClintock (1995), vai no sentido de apontar as estruturas coloniais como sexuais, dado que o colonial se mitifica e se espalha através dos arquétipos de gênero presentes não só como papéis sociais, como também em sua relação com a terra. O feminino é construído no imaginário colonial como o que tem que ser dominado, submisso, que precisa ser vigiado e domesticado (McCLINTOCK, 1995, p.51).

A terra é mulher, ela é virgem e está sob o jugo do homem branco colonizador. É engraçado pensar nisso quando se colocou na mitologia cristã, de onde essas ideias são tiradas, já que Maria é colocada em uma gravidez sem seu consentimento para gerar o Messias, tal qual os europeus fizeram na América para gerar a Civilização.

⁴ Versículo bíblico que fala sobre a obrigação de se pregar a palavra de Deus.

Embora esses arquétipos coloniais tenham sido cientificamente superados pelas ciências sociais e biológicas, eles continuam em vigor no seio social trajado de natural, como algo dado pelo biológico. Não é novo que essas disposições biológicas são interpretações do corpo incorporadas à cultura, mas para entender o lugar do trabalho feminino desprovido do caráter de trabalho, ou seja, como natural e inerente às mulheres, é necessário se aprofundar na construção dessa noção. Portanto, tem de se compreender que as poções de gênero são construções do imperial, do colonial, da dominação europeia sobre tudo e todos, uma vez que a colonização das terras e dos corpos físicos não é o bastante, é necessário que se construa os mitos que vão criar o sistema de homens, mulheres, negros, brancos etc. (1995, p.38).

Nos jogos da binariedade do gênero tem o público e o privado, criado logo na era vitoriana como mais uma ordem comandado pelo gênero, onde cheios de seus instintos naturais, homens e mulheres tomariam seus lugares: o homem no espaço público de tomada de decisões e a mulher no âmbito doméstico/cado. A ideia do lar e da família do Homem é confeccionada neste momento, sustentada pelo natural como não poderia deixar de ser. Inundada pela religiosidade judaico-cristã, esse natural passa pelas mãos de Deus, que fez a mulher da costela e já a moldou para ser do lar, para auxiliar o homem em sua missão:

“ — Que a mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permita que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva (...) E — continuou Joe Scott — Adão não foi enganado, mas a mulher sendo enganada é quem pecou.

— Vergonha maior Adão, pecar sabendo o que fazia! Para dizer a verdade, Joe, eu nunca me senti muito tranquila a respeito desse capítulo. Ele me intriga.” (BRONTË, 2017; p.460)

Eis a ideia de predestinação enclausurada é posta à mesa, vocação para ser do lar para as mulheres e para o homem — branco e europeu — uma infinidade de possibilidades. A família do Homem surge desse mito moderno, e vai acalantar em seus braços a concepção do trabalho feminino como trabalho, mas sim algo que é de natureza deste ser imaculado. Deste modo a divisão sexual do trabalho se dá na separação binária e na hierarquização baseada no gênero desse trabalho, sendo o trabalho masculino e branco o topo da cadeia alimentar (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.598)

A vigilância dos papéis de gênero, e o monitoramento do trabalho feminino é posto sob um complexo sistema que infesta todo tecido social, sendo incorporado pela medicina psiquiátrica no século 18 ao incluir mulheres “desviantes” como histéricas. Essas mulheres brancas de classe média e alta que não estavam dispostas a seguir os caminhos predestinados

pela natureza de Deus e das palavras mágicas de Efésios 5:22-33⁵, sofriam com a patologização de seus corpos (FOUCAULT, 1977, p.100).

Ademais, vale pensar no surgimento do encarceramento como punição no século XVIII, onde a criminalidade feminina era contestada por não fazer parte de sua natureza, deste modo, as transgressões cometidas por mulheres eram vistas como desvio de sua natureza doméstica e não belicosa, gravadas na escritura sagrada. Assim, os reformadores prisionais, bebendo das fontes de Elizabeth Fry, vão inserir a domesticidade no contexto prisional feminino. O primeiro reformatório para mulheres dos Estados Unidos, inaugurado em 1853, agia no sentido de ressocializar suas detentas em sua vocação para os afazeres domésticos tais quais a culinária, a limpeza e os cuidados do lar e da família. Os espaços equipados com cozinhas e berçários, pensavam tratar o desvio sexual feminino de suas funções naturais como pivô da criminalidade (DAVIS, 2003, p.76)

Vendo o caráter naturalista e funcionalista das funções femininas, o caráter de trabalho lhe é tirado, sobrando o instinto feminino do cuidado da família e do lar, não sendo remunerado nem digno de reconhecimento. Dado isso, como esses parâmetros se transformam em uma discussão interseccional?

- **Raça e Classe**

Se as mulheres brancas de classe média eram presas em reformatórios de gênero, para retornarem à sua natureza feminina e se curarem de seus desvios psicotrópicos, mulheres racializadas e pobres estavam ainda incluídas na criminalidade, já que sua natureza feminina não está no mesmo barco do branco europeu (2003, p.73). Se para a classe dominante, o trabalho feminino está ligado à essência feminina, para mulheres pobres e não-brancas, afora essencial é a labuta de seus marcadores sociais. Seus trabalhos compulsórios eram, e ainda hoje são, em maior parte para usufruto de outra família.

Mesmo cuidando de um núcleo familiar, as mulheres escravizadas e as empregadas domésticas a posteriori da abolição da escravatura, trabalhavam para zelar pela vida de uma família que não é a sua. Antes de ser mãe e esposa, essas mulheres eram e são trabalhadoras, muitas vezes em período integral e no caso das mulheres escravizadas, sem remuneração (DAVIS, 2016, p.17; GONZALEZ, 2020, p.283).

Com a entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho formal, fora do ambiente doméstico, e o fim dos vínculos econômicos da escravidão no caso das mulheres

⁵ Versículo sobre a submissão da mulher.

negras, incluindo nessa soma os processos de urbanização e desenvolvimento do capitalismo, as configurações da divisão sexual do trabalho se modificam, mas sem deixar para trás suas raízes da desigualdade de gênero, classe e raça.

As mulheres abastadas que saíram do ambiente claustrofóbico do lar, irão se aventurar no mundo e buscar cuidar de suas carreiras, enfrentando os preconceitos de gênero, é claro, mas uma vez que estas deixam suas casas, quem assume suas funções domésticas? As mulheres migrantes com pouco ou nenhum estudo e as mulheres pobres e negras da cidade, que buscam se inserir nesse novo mercado de trabalho assumem as responsabilidades destas que estão disputando o mundo com os homens brancos. Essas vão fazer a administração do ambiente doméstico sob um regime de ‘delegação’, pagando mulheres de classe popular em diferentes contextos raciais (2007, p.604)

No caso das mulheres que não têm recursos para comprar o serviço doméstico, cabe a elas recorrer às vizinhas e familiares para que cuidem das crianças, olhem o feijão que tá cozinhando etc. Poderia citar qualquer uma das autoras fantásticas que estou trabalhando durante o texto, mas para isso cito a experiência própria de ser de uma família de mãe solo, num contexto de periferia, onde a cooperação extra-casa funcionava como um dispositivo de sobrevivência familiar.

Quando se coloca o interseccional contra as palavras mágicas, o natural se fragmenta, não aguenta o rajado. Só classe e raça são capazes de desfazerem o mito colonial e cristão da família do homem, já que nesse contexto suas proposições não se encaixam. Famílias pobres, de migrantes e racializadas não bebem abundantemente da família do Homem e de Deus:

“Dois elementos do ideal tradicional de família são especialmente problemáticos para as mulheres afro-americanas. Primeiro, a divisão presumida entre a esfera “pública” do emprego remunerado e a esfera “privada” das responsabilidades familiares não remuneradas nunca se aplicou a elas”(COLLINS, 2019, p.110)

Dado isso, a ‘conciliação’ do trabalho dentro e fora do lar, ainda é das mulheres. Dupla jornada de trabalho é pouco para explicar a nova modalidade de trabalho que as mulheres menos abastadas encaram no dia a dia, cuidando do privado e trazendo o sustento do público, é uma contradição. Não obstante, é cômico dizer que existe uma cooperação entre homens e mulheres dentro do núcleo familiar, pois o trabalho de dona de casa e mãe ainda é visto como algo inerente a mulher, assim que é seu papel assegurar a manutenção da casa com dinheiro, suor e o trabalho doméstico que mesmo agora continua sendo sua responsabilidade deixada pela natureza de Deus (2007, p.605)

- **Conclusão**

Desta maneira, podemos ver como a naturalização do trabalho feminino, se coloca como manutenção de um sistema de gênero, que no contexto analisado, transborda para fatores econômicos que a violência simbólica inviabiliza o caráter de trabalho dos afazeres do lar. Por um lado eles acarretam na precarização das profissionais que exercem essas funções fora de seu núcleo familiar, e por outro sobrecarga das mesmas quando se refere a gestão da vida do mesmo, uma vez que essas funções não lhe fogem mesmo que estejam contribuindo monetariamente em um núcleo familiar, mesmo se estiverem em algum tipo de relacionamento conjugal.

Questionar as palavras mágicas que designam o trabalho doméstico como algo inerente ao feminino, é colocar em cheque não só um sistema de sexo-gênero, mas a legitimidade dessa atividade como um trabalho que é feito sem qualquer tipo de remuneração na esmagadora parte dos núcleos familiares. Ademais, pensar nesse lugar de não-trabalho que os serviços domésticos ocupam é discutir as heranças coloniais que estão introjetadas nas relações sociais.

Referências Bibliográficas

BRONTË, Charlotte. “Shirley”. Tradução: Solange Pinheiro. São Paulo: Martin Claret, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro, São Paulo: Boi tempo, 2019.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. SP: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas?. 8. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade – A vontade de saber, Vol. 1, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: ed. Unicamp. 2010.